

## A especificidade da Deficiência Visual nas Políticas de Educação Especial em Vila Velha/ES

Merislandia Paulo da Silva Carvalho<sup>1</sup>  
Christiano Felix dos Anjos<sup>2</sup>

112

**Resumo:** Este estudo teve como objetivo visibilizar a organização da política educacional, com ênfase na Educação Especial, na rede municipal de Vila Velha/ES, evidenciando as ações locais que se relacionam com a área de deficiência visual. Contou com as contribuições de Boaventura de Sousa Santos como aporte teórico para as discussões desencadeadas. Apoiou-se em pressupostos da cartografia como aporte metodológico, que é um método que investiga processos, que acompanha movimentos. O campo empírico foi composto pelo Núcleo de Educação Especial da rede de ensino do município de Vila Velha/ES. A pesquisa é de cunho qualitativo com dados originados de entrevistas semiestruturadas e observações no cotidiano da Escola. Os resultados do estudo apontam que houve avanços e retrocessos na área das políticas públicas voltadas para os alunos com deficiência visual e que busca-se efetivar o atendimento no contra turno de matrícula. A oferta de formação continuada para professores que atendem alunos com deficiência visual, no atendimento colaborativo, vem acontecendo na rede municipal, visando à colaboração, porém faz-se necessário o avanço dessa oferta para outros profissionais da escola, item presente nos documentos locais. Em nossas análises, a política central da área de deficiência visual é o trabalho colaborativo, realizado na sala de aula de ensino comum junto ao professor regente. É uma aposta da Rede Municipal para garantir a escolarização do aluno com deficiência visual.

**Palavras-chave:** Deficiência visual. Inclusão escolar. Política de Educação Especial.

### The specificity of Visual Impairment in Special Education Policies in Vila Velha/ES

**Abstract:** This study aimed to make the educational policy visible, with emphasis on Special Education, lived in the municipal network of Vila Velha/ES, highlighting some local policies that relate to the area of visual impairment, seeking to understand the central policy for the area. It counted on the contributions of Boaventura de Sousa Santos as theoretical support for the discussions triggered. It relied on assumptions of cartography as a methodological approach, which is a method that investigates processes, which accompanies movements. The empirical field was composed by the Special Education Center of the school system of Vila Velha/ES. This is a qualitative research with data from semi-structured interviews and daily observations. The results of the study indicate that there have been advances and setbacks in the area of visual impairment and that it seeks to effect the attendance at the enrollment contract. The offer of continuing education for teachers who assist students with visual impairment in collaborative care has been happening in the municipal network, aiming at collaboration, but it is necessary to advance this offer to other school professionals, an item present in local documents. In our analysis, the core policy of the area of visual

---

<sup>1</sup> E-mail: merislandia.pedagogia@gmail.com

<sup>2</sup> E-mail: avitima@gmail.com



impairment is collaborative work, carried out in the common teaching classroom with the conducting teacher. It is a Network bet to guarantee the schooling of the visually impaired student.

**Keywords:** Visual impairment. School inclusion. Special Education Policy.

## Introdução

Este estudo tem como objetivo visibilizar a organização da política educacional, com ênfase na Educação Especial, na rede municipal de Vila Velha/ES, evidenciando algumas ações locais que se relacionam com a área de deficiência visual<sup>3</sup>, buscando compreender a política central para a área. Trata-se de um texto com base em uma pesquisa maior, financiada pelo CNPq, defendida em 2016, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Certa de que a escola é um espaço de todos, e é nela que os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, participando ativamente das tarefas escolares e se desenvolvendo como cidadãos nas suas diferenças (BRASIL, 2010), colocamo-nos atenta, buscando a constituição dos inúmeros possíveis respaldados na pesquisa cotidiana.

Salientamos que a construção do conhecimento do aluno com deficiência visual é semelhante à do aluno vidente, mas tem suas especificidades que precisam ser garantidas por uma prática pedagógica que atenda a tal situação, já que as condições de acesso aos conteúdos escolares não são as mesmas. No entanto, ainda não logramos tal perspectiva para todos.

Dessa forma, entendemos ser relevante a visibilização de ações da política pública<sup>4</sup> local do município de Vila Velha-ES, com ênfase na garantia do direito à escolarização para alunos com deficiência visual, a fim de problematizar as questões postas por essa política em ação.

Nossa experiência como professora de alunos com deficiência visual nos possibilitou perceber que se tem o imaginário na escola de que tudo está

---

<sup>3</sup> Neste estudo, o termo deficiência visual será usado para fazer referência tanto a alunos com baixa visão quanto a alunos cegos.

<sup>4</sup> Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HOFLING, 2001).



resolvido em relação aos alunos com cegueira e com baixa visão, ao ser implementado o Atendimento Educacional Especializado. Assim, indagamos: as questões sobre a deficiência visual nas legislações brasileiras estão postas, o que nos falta realizar?

Nessa linha de raciocínio, Figueiredo (2010, p.114) nos ajuda em suas análises sobre questões preocupantes. O autor enfatiza que o maior perigo existente na Educação Especial “[...] é a crença ingênua de que tudo está feito, ou seja, que os sistemas educativos regulares e os seus atores estão plenamente preparados para receber e promover o desenvolvimento integral das crianças”.

Muitas vezes, temos o pensamento inocente de que o “problema” relacionado com a questão de oportunizar aos alunos com deficiência visual a aprendizagem, logrando das mesmas condições de acesso ao conhecimento que o aluno vidente, está resolvido, pois o aluno com deficiência visual, exceto em alguns casos, tem a capacidade cognitiva preservada.

A existência de vários recursos para o aluno com deficiência visual leva a crer que a questão do acesso ao conhecimento para ele está resolvida. Concordamos com Figueiredo (2010, p.114) quando nos diz que o processo de inclusão ainda se encontra em marcha, “[...] no seio de outro, de maior amplitude: o da promoção do sucesso educativo de todos os alunos”.

Dessa forma, salientamos que a escolarização do aluno com deficiência visual não está suficientemente contemplada e resolvida nas ações das escolas. Estamos em marcha, pois os recursos, necessários para colocar o aluno cego e/ou com baixa visão nas mesmas condições de aprendizagem que o aluno vidente, é parte do processo.

Com base nesses pressupostos, neste estudo, buscamos entender a processualidade, as tentativas e as negociações feitas pelo município de Vila Velha-ES para a efetivação das políticas educacionais. A fundamentação teórica será com base em conceitos discutidos por Boaventura de Sousa Santos. Coerentemente com Santos (2007), argumentamos que queremos ver as riquezas inesgotáveis existentes, pois o mundo tem uma diversidade



epistemológica inesgotável e são essas riquezas que pretendemos emergir no município pesquisado.

Acreditamos que os responsáveis pelas políticas locais, comprometidos com seu trabalho, buscam avanços, desencadeiam ações para oportunizar possibilidades reais, eficientes e plurais de ensino-aprendizagem para todos os alunos, inclusive para os alunos com deficiência visual.

Cumpramos sinalizar que a metodologia utilizada para conduzir nosso estudo sobre as políticas locais foi a cartografia, pois, com caráter processual de investigação, é um método que acompanha movimentos, investiga processos (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012).

O desafio, nas tessituras das relações entre política sistematizada por meio dos documentos legais e a política em ação, portanto, foi nos abrir aos encontros de muitas facetas e artimanhas presentes em movimentos que atravessam e transformam o campo de pesquisa.

Segundo Pozzana de Barros e Kastrup (2012, p. 73-74), a processualidade está presente em todos os momentos da pesquisa, nos avanços e paradas, em letras e linhas, em campo, em nós. Com isso, cartografar é ter conexão com o território da pesquisa, acompanhando a processualidade dos movimentos que “levam” à escolarização dos sujeitos com deficiência visual, com atenção permanente.

Para este texto, o lócus do estudo foi o Núcleo de Educação Especial de Vila Velha/ES, com dados oriundos de entrevistas semiestruturadas e observações no cotidiano. Os sujeitos foram a coordenadora e os profissionais responsáveis pela área de deficiência visual.

### **As especificidades da deficiência visual nos movimentos e documentos da Política Municipal de Educação Especial**

Neste item, dialogaremos com a política pública proposta para a área de Educação Especial no município de Vila Velha-ES, com ênfase na deficiência visual, e com os responsáveis que gestam tal política. Buscamos visibilizar a política em ação, evidenciando alguns movimentos locais de Educação Especial que se relacionam com a área de deficiência visual, buscando compreender a política central para a área.



De acordo com a versão preliminar, então em vigência, do Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial/Semed, um dos princípios orientadores se assenta na oferta de formação continuada para os professores do ensino regular, professores da Educação Especial, pedagogos e diretores das unidades de ensino (VILA VELHA, 2013a). O enfoque nessa premissa evidencia a tentativa do município em avançar na área de Educação Especial, pois o Núcleo de Educação Especial busca colocar em prática o que já vem sendo defendido pela política nacional.

As dinâmicas formativas motivam os atores do processo ensino-aprendizagem a olhar o cotidiano escolar pensando nas diferenças humanas, o que é essencial nas ações que pretendem oportunizar na garantia do direito à educação para todos os alunos.

Na rede de ensino de Vila Velha, o atendimento ao aluno público-alvo da Educação Especial é ofertado em duas modalidades: atendimento colaborativo<sup>5</sup>, em que o professor especializado desenvolve seu trabalho na sala de aula do ensino regular junto com o professor regente, que pode ser por itinerância ou em uma única escola; e o atendimento educacional especializado<sup>6</sup> realizado em contraturno de escolarização do aluno.

Sobre o atendimento colaborativo, a equipe do Núcleo focaliza a Resolução nº 2 (BRASIL, 2001) – que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – o qual, de acordo com Daiane,<sup>7</sup> profissional do Núcleo, é uma legislação nacional que influencia muito a Educação Especial em Vila Velha. E completa:

---

<sup>5</sup> Os documentos oficiais usam o termo “atendimento colaborativo” para se referir ao atendimento realizado pelos professores aos alunos de Educação Especial e para se referir aos professores de Educação Especial. São eles chamados de “professores do atendimento colaborativo”. Neste texto, em alguns momentos, seguimos esse formato.

<sup>6</sup> Cabe aqui ressaltar nosso entendimento sobre atendimento educacional especializado. Concordamos com Baptista (2013, p. 58) que atendimento educacional especializado deve ser “[...] uma ação plural em suas potencialidades e metas, sistêmica ao mirar (e modificar) o conjunto de relações que contribuem para a estagnação do sujeito e sua provável dificuldade de aprendizagem e desenvolvimento”. Em suas análises, o autor considera atendimento educacional especializado como sinônimo de ação pedagógica. Nesse contexto, atendimento educacional especializado é entendido por nós como organizador de apoios e recursos a tudo que demanda a sala de aula do ensino comum.

<sup>7</sup> Todos os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios.



Dá sustentação ao trabalho que se faz em sala de aula entre professores regentes e professores da Educação Especial. Sustenta o trabalho do especialista no turno de escolarização [...]. Então, essa resolução garante um fundamento muito sólido a esse tipo de atendimento que a gente tem no turno de matrícula.

Destacamos na Resolução nº 2, no art. 8º, IV, sobre a organização das classes comuns, que as escolas devem prover “[...] serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial [...]” (BRASIL, 2001, p. 2). Na visão da equipe do Núcleo, o documento garante fundamentação sólida ao atendimento feito pelo professor ao aluno público-alvo da Educação Especial, fortalecendo a ideia de colaboração entre professores especializados e professores das salas de aula do ensino comum.

O atendimento colaborativo oferecido ao aluno com deficiência visual foi narrado pelos profissionais do Núcleo. Os excertos que seguem evidenciam as suas análises.

O professor de deficiência visual, o especialista, atende o aluno no turno de escolarização, não atende o aluno do outro turno. Os professores organizam a dinâmica do horário considerando a dinâmica da escola, fica um pouco com cada aluno. Na grande maioria das vezes, o trabalho do professor de Educação Especial, para além de acompanhar esse menino, é fazer a articulação entre o conteúdo do ensino comum (DAIANE, profissional do Núcleo).

Na prática, o professor de deficiência visual trabalha junto com o professor do regular dentro da sala de aula e faz todas as adaptações necessárias. Esse trabalho chama-se [atendimento] colaborativo. Quando o professor especializado não está, nossa orientação é que deixe o material pronto para o professor da sala de aula usar com o aluno (MÁRIO, profissional do Núcleo).

A partir das narrativas, o professor do atendimento colaborativo atende ao aluno dentro da sala de aula de ensino comum junto com o professor regente, fazendo o possível para que o aluno tenha seus materiais adaptados, tendo assim condições de acompanhar a turma.

No que tange ao atendimento educacional especializado realizado no contraturno de escolarização do aluno, a época do estudo (2016), este não



estava acontecendo na área de deficiência visual<sup>8</sup>, no município de Vila Velha. O serviço era oferecido apenas ao aluno com deficiência intelectual.

De acordo com Carvalho (2016), na área de deficiência visual, esse serviço chegou a ser realizado no município, seguindo a linha das políticas nacionais de Educação Especial, mas foi se desfazendo na gestão municipal correspondente aos anos de 2009- 2012.

Nesses termos, podemos nos remeter a Mainardes e Alferes (2014, p. 397), quando argumentam não ser “[...] possível descrever e analisar uma política educacional sem compreender a lógica global de um determinado sistema de produção”. Em outras palavras, não é possível analisar a Política de Vila Velha sem entender a complexidade do município e a descontinuidade que se deu nas políticas, inclusive nas políticas do contraturno para alunos com deficiência visual. Para os autores, isso “[...] significa que a especificidade da análise de uma Política Educacional é um complexo que integra uma totalidade social e, por esta razão e a partir desta perspectiva, o estudo [...] do movimento e das contradições é um elemento central” (MAINARDES; ALFERES, 2014, p. 397).

E, ainda, Tello e Mainardes (2012, apud MAINARDES; ALFERES, 2014, p. 397), argumentam que “Não se pode analisar a política educacional em seu aparente ‘isolamento’ de outras manifestações sociais, pois a compreensão de um determinado período histórico, [...] pressupõe a compreensão do desenvolvimento do contexto social, econômico e histórico”.

O município buscava, oferecer o atendimento no contraturno de escolarização. Podemos perceber a busca por essa modalidade de serviço, para os alunos com deficiência visual, por meio dos documentos e das observações das ações e diálogos dos profissionais do Núcleo com a pesquisadora: “Não tem ainda, mas, ano que vem, vai ter. Estamos tentando fazer isso, alunos com deficiência visual vão voltar no contraturno” (MÁRIO, profissional do Núcleo). Discurso que nos remete a Santos (2007) com o “ainda

---

<sup>8</sup> Atualmente, em 2019, conversando com uma professora da rede de ensino, ela esclarece que o município de Vila Velha oferece o atendimento realizado no contraturno de escolarização ao aluno com deficiência visual.



não”, mas há movimentos, a Rede busca por implementar essa modalidade de atendimento para o aluno com deficiência visual.

A Resolução nº 20 (VILA VELHA, 2013b), documento local que se faz presente no cotidiano do Núcleo de Educação Especial, estabelece, em seu art. 4º, que o atendimento educacional especializado seja realizado no contraturno da matrícula, em salas de recursos multifuncionais, direcionado a alunos que demandem estimulações específicas, como aprendizagem de Braille e da Língua Brasileira de Sinais, Atividade de Vida Diária, comunicação alternativa, bem como, raciocínio lógico-matemático.

E ainda, na versão preliminar em vigor do Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial (VILA VELHA, 2013a, p. 41), o objetivo do projeto na área de deficiência visual é:

Implementar o atendimento adequado e completo ao aluno com deficiência visual, contemplando a aquisição de recursos pedagógicos, o Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos multifuncionais, a formação continuada de professores e o trabalho colaborativo do professor especializado junto à comunidade escolar.

Para contemplar o atendimento apropriado aos alunos com deficiência visual, o documento preconiza a realização de formação continuada por meio de palestras, cursos e seminários para professores tanto do ensino regular, quanto especializados da área, bem como para a equipe pedagógica e demais membros da comunidade escolar; apoio especializado com o atendimento colaborativo; garantia de planejamento conjunto e aquisição de materiais específicos; busca de envolvimento das famílias na educação e inclusão escolar; e garantia de atendimento educacional especializado no turno inverso à escolarização.

As atitudes destacadas nos fazem concordar com Santos (2007, p. 57) que enfatiza: “É preciso conversar muito mais, dialogar muito mais, buscar outra metodologia de saber, ensinar, aprender”. É preciso encontrar diálogo entre os professores do aluno com deficiência visual para que seu direito de participar da dinâmica da escola seja garantido.

Acreditamos que os responsáveis pelas políticas locais, comprometidos com seu trabalho, buscam avanço, desencadeiam ações para oportunizar



possibilidades reais, eficientes e plurais de ensino-aprendizagem para todos os alunos, inclusive para os alunos com deficiência visual. E ter um documento escrito mostra que os profissionais do Núcleo estão em movimento buscando garantir mais qualidade nos atendimentos oferecidos aos alunos nas escolas de rede de ensino.

Temos o desafio de construir possíveis caminhos que nos levem à formação de uma Educação Especial que colabore verdadeiramente com a perspectiva da escolarização de todos, sem ignorar as necessidades de sujeitos com características específicas. Concordamos com Santos (2010, p. 116) quando argumenta que, “[...] é no presente que se cuida do futuro”.

Os alunos têm direito ao conhecimento. Para tal, são necessárias adaptações e práticas pedagógicas que envolvam o aluno nas discussões de sala de aula do ensino comum e no currículo comum. Nesse contexto, é fundamental o envolvimento do professor da sala de aula. Desafios que se presentificam no fazer diário dos professores envolvidos nos processos educativos de seus alunos.

Uma das questões que o Núcleo se coloca como responsável é a organização de formação continuada para os professores de deficiência visual: “Tem a formação geral [com professores da Educação Especial] e a formação com os encontros por área, no nosso caso, deficiência visual” (MÁRIO, profissional do Núcleo). No caso dos professores de deficiência visual, tem um projeto de formação continuada em que reúnem “[...] os professores uma vez por mês, trazendo alguém de fora para fazer uma fala, ou a gente mesmo [...]”. O pessoal do Estado da área de deficiência visual tem ajudado bastante” (DAIANE, profissional do Núcleo).

O Núcleo sabe da importância de formação com toda a escola, item presente nos documentos locais do município, mesmo assim, consciente de que é um processo, ainda não conseguiu fazer as articulações necessárias para tal. Nesse sentido, as “[...] políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades” (BALL; BOWE apud MAINARDES, 2006, p. 52).



Outro ponto a ser visibilizado neste momento é como o Núcleo de Educação Especial busca conversar com a escola, tendo em vista responsabilizar todos pela ação educativa dos alunos público-alvo da Educação Especial.

Para auxiliar os professores nos processos educativos, o Núcleo encaminha-lhes orientações de acompanhamento do aluno. Trata-se de um documento intitulado Plano de Trabalho Colaborativo, que objetiva nortear o professor, propondo o registro das ações desenvolvidas com o aluno. O documento lembra a necessidade e a importância da colaboração contínua entre professores especializados, professores regentes e pedagogos para o cumprimento das ações inclusivas na escola.

Esse documento contém: espaços para serem preenchidos com informações do estudante; situação a qual o faz ser aluno público-alvo da Educação Especial; medicamentos que faz uso e descrição do laudo, se houver; conhecimentos explorados do currículo comum: objetivos, conteúdos, perspectiva de aprendizagem, metodologia e intervenção pedagógica; cronograma com horário de trabalho do professor especialista e descrição das ações desenvolvidas na sala regular; anexos de relatórios e avaliações; e espaço para assinatura dos professores de todas as disciplinas, do professor colaborador, do pedagogo e do diretor.

Consideramos pertinente que haja um instrumento orientador para que a escola elabore seu plano de trabalho com o aluno com deficiência visual. Com essa ação, pudemos observar que há movimento, que há preocupação do Núcleo em ajudar a escola na sistematização do trabalho realizado.

Avaliamos que esse documento evidencia um movimento interessante na tentativa de romper com a ideia de que o aluno público-alvo da Educação Especial está desconectado da escola. Pensamos ser como “brechas”, onde os profissionais do Núcleo conversam com a escola, mostram que o plano de trabalho tem foco na colaboração entre os envolvidos na escolarização do aluno.

Por fim, nesse fazer cotidiano de buscar conversar com a escola, destacamos, no caso da equipe de deficiência visual, tanto a tarefa de dar



suporte, conversar, entender o assunto para, junto com a escola, propor soluções, quanto a de fiscalizar e tomar ciência. O trabalho parecia ser realizado com uma perspectiva de trabalho coletivo e espírito solidário. Todos se ajudavam, as funções se misturavam quando saíam da especificidade do trabalho burocrático e entravam no trabalho pedagógico-social. É nesse contexto que os profissionais da Equipe de Deficiência Visual traçam e buscam implementar as políticas específicas da área. Como nos diz Santos (2007, p. 40), “[...] não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos”.

### **Considerações Finais**

O presente texto teve como objetivo visibilizar a política educacional, com ênfase na Educação Especial, na rede municipal de Vila Velha/ES, evidenciando algumas políticas locais que se relacionam com a área de deficiência visual, buscando compreender a política central para a área.

Santos (2007, p. 26) lança uma possibilidade de aposta ampliando o presente e contraindo o futuro. “Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiências, e contrair o futuro para prepará-lo”, substituindo um futuro sem limites por um futuro concreto e justo. Tal movimento nos permitiu pensar que esse “compromisso” necessita ser assumido por todos os profissionais da escola e por todos do Núcleo de Educação Especial, para, assim, construirmos uma escola melhor para os alunos público-alvo da Educação Especial.

A metodologia cartográfica nos permitiu buscar um olhar atento, determinante na produção de dados da pesquisa e sensível à realidade, buscando entender como se colocavam as questões cotidianas, não apontando como certo ou errado, mas com um olhar que buscasse acompanhar a processualidade. “O método cartográfico se apresenta, assim, como alternativa importante para acompanhar o movimento [das] macro e micropolíticas [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012, p. 12).

“A realidade cartográfica se apresenta como um mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de ‘o mesmo’ não passa de um



concentrado de significação, de saber e de poder [...]” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012, p. 10).

Ao longo deste texto, consideramos as entrevistas e conversas com as pessoas que gestam a Educação Especial e a área de deficiência visual. Assim, evidenciamos alguns documentos, perpassando a Educação Especial e chegando à política de deficiência visual do município estudado, buscando compreender a política central para a área.

Um dos princípios orientadores da política de Educação Especial se assenta em na oferta de formação continuada para os professores da sala de aula do ensino comum, professores do atendimento colaborativo, pedagogos e diretores das unidades de ensino.

A formação para todos os profissionais da escola ainda não pôde ser implementada, acontecendo atualmente por áreas da Educação Especial, inclusive para a área de deficiência visual. Enfatizamos que esse movimento evidencia a tentativa do Núcleo de Educação Especial em avançar na área. Entendemos que se trata de um processo. Há movimentos no município de Vila Velha.

Na constituição deste texto, defendemos a formação continuada para todos da escola, o que possibilita aos profissionais refletir e problematizar os processos de acesso ao conhecimento a partir de um diálogo crítico, reflexivo e coletivo, levando-os à responsabilização pelos procedimentos de ensinar e aprender de todos os alunos. Além da formação continuada, defendemos uma formação inicial que valorize a diversidade em todas as etapas da educação, tendo em vista que o aluno com deficiência visual, que tem direito à educação, está no percurso escolar como os outros alunos.

É no espaço da sala de aula do ensino comum que todos os alunos devem estar, participando do cotidiano, sendo inseridos nos benefícios que a escolarização e o convívio com o outro trazem para todos os sujeitos, sem que suas necessidades específicas sejam negligenciadas. Benefício que deve ser oportunizado a todos os alunos, inclusive aos que oscilam entre a sala de recursos e a sala de aula, chamados a participar da dinâmica da sala de aula, em atividades e nas relações com a turma, com táticas usadas pelos



professores do atendimento colaborativo e da sala de aula do ensino comum para envolver o aluno nos processos de ensino-aprendizagem.

Almejamos que este estudo favoreça atitudes mais colaborativas no interior da Secretaria Municipal de Educação e das escolas de educação básica, fazendo emergir ações mais efetivas que garantam o direito à escolaridade para alunos público alvo da educação especial.

## Referências

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e a educação especial: para além do AEE. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). **Práticas pedagógicas na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013. p. 43-62.

BRASIL. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Fortaleza: MEC/Seesp, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

CARVALHO, Merislandia Paulo da Silva. **Deficiência Visual: da política educacional à organização escolar**. 2016. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória–ES, 2016.

FIGUEIREDO, Fernando Jorge Costa. Duas crianças cegas congênitas no primeiro ciclo da escola regular. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.139, p. 95-119, jan./abr. 2010.

HÖFLING, Eloisa de Mattos; Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**; ano XXI, nº 55, novembro/2001.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; ALFERES, Marcia Aparecida. Sociologia das políticas educacionais: contribuições de Roger Dale. **Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau**, v. 9, n. 2, p. 392-416, maio/ago. 2014.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; e ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método cartográfico: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2012.



POZZANA de BARROS, Laura; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílina da (Org.). **Pistas do método cartográfico**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 52-75.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Coleção Para um Novo Censo Comum, v. 4).

VILA VELHA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. **Projeto de Atuação do Núcleo de Educação Especial/Semed (versão preliminar)**. Vila Velha, 2013a.

VILA VELHA. Conselho Municipal de Educação. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Resolução nº 20/2013. Institui as Diretrizes para a Educação Especial. **Diário Oficial dos Poderes do Estado**. Vila Velha, 2013b.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **MERISLANDIA PAULO DA SILVA CARVALHO**

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É Mestra em Educação pelo PPGE/UFES (2016). Graduada em Pedagogia pela UFES (2013). Membro do grupo de pesquisa Educação Especial: formação de profissionais, práticas pedagógicas e políticas de inclusão escolar (CNPq) que atua em pesquisas na área de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. Tem Curso de Deficiência Visual (CAP/Sedu) e Curso de Alfabetização no Sistema Braille (Instituto Benjamin Constant). Tem experiência como professora de Deficiência Visual. Tem experiência como professora substituta (UFES).

### **CHRISTIANO FELIX DOS ANJOS**

Doutorando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e Bolsista Capes. Possui Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2016). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013). Atua principalmente nos seguintes temas: educação especial, educação do campo, formação de professores, interface e formação continuada.

